

# Organização-cidade e território: a territorialidade das pessoas em situação de rua a partir de suas práticas cotidianas

Valdir Costa Junior, Priscilla Borgonhoni Chagas e  
Josiane Silva de Oliveira

## RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender as práticas de territorialização das cidades pelas pessoas em situação de rua. Para tanto, compreendemos o espaço como anterior e parte indissociável do território, sendo este formado por relações sociais e de poder e que a organização-cidade é constituída por diferentes territórios, em que distintos grupos os vivenciam, apropriam e disputam. Sendo assim, partimos do pressuposto de que a apropriação e a vivência em um dado território, processo esse conhecido como territorialização, ocorre por meio de práticas estratégicas e táticas, num espaço organizacional complexo imbricado em símbolos e significados, neste estudo, a organização-cidade. Adotamos a etnografia como metodologia de pesquisa, consistindo das técnicas de diários de campo, entrevistas semiestruturadas e informais, observação participante e ativa. A pesquisa foi realizada num período de pouco mais de um ano, de abril de 2018 a maio de 2019, na cidade de Maringá, Paraná. O estudo revelou que as pessoas em situação de rua em Maringá passam por constantes desterritorializações e reterritorializações caracterizadas por incertezas e subversões, uma vez que a vivência no território “rua” é marcada por uma arte de viver própria, imbricada em diferentes tipos de práticas cotidianas.

Palavras-chave: território; territorialização; práticas; organização-cidade; pessoas em situação de rua.

*City-organization and territory: understanding homeless people's territoriality from their everyday practices*

## ABSTRACT

This paper discusses the territorialization of homeless people in the city of Maringá, Paraná, based on everyday practices. We understand space as a previous and inseparable part of the territory, which is formed by social and power relations. In this context, the organization-city is constituted by different territories, in which different groups experience, appropriate, and dispute. Therefore, we assume that the appropriation and experience in a given territory, a process that is known as territorialization, occurs through strategic and tactical practices, in a complex organizational space, the organization-city, which is imbricated in symbols and meanings. We chose the ethnography as the research methodology, which consists of field diaries, semi-structured, and informal interviews. We collected data from April 2018 to May 2019 in the city of Maringá, Paraná. The results of this study revealed that the homeless people in Maringá experience constant deterritorialization and reterritorialization, characterized by uncertainties and subversions since the street territory is marked by their own art of living, intertwined with different types of everyday practices.

Keywords: territory; territorialization; practices; city-organization; homeless people.

Recebido em: 30/06/2020  
Revisado em: 30/04/2021  
Aprovado em: 14/06/2021



**Valdir Costa Junior** ,

Universidade Estadual de Maringá,  
Brasil  
Mestre em Administração,  
Universidade Estadual de Maringá,  
Brasil

[valdircj01@gmail.com](mailto:valdircj01@gmail.com)

**Priscilla Borgonhoni Chagas** ,

Universidade Estadual de Maringá,  
Brasil  
Doutora em Administração,  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

[priscillabchagas@gmail.com](mailto:priscillabchagas@gmail.com)

**Josiane Silva de Oliveira** ,

Universidade Estadual de Maringá,  
Brasil  
Doutora em Administração,  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

[oliveira.josianesilva@gmail.com](mailto:oliveira.josianesilva@gmail.com)

## Introdução

O entendimento da cidade como organização tem possibilitado o desenvolvimento de análises organizacionais que consideram esse objeto de estudo a partir de aspectos simbólicos (Fischer, 1997), aspectos sociais (Franco & Oliveira, 2016; Saraiva & Carrieri, 2012), e inclusive aspectos emocionais (Costa & Oliveira, 2019). Esses recentes estudos adotam um olhar de dinâmica social à cidade, permitindo que possamos considerar a cidade como uma organização social complexa, produtora de signos, símbolos e significados, conforme aponta Ipiranga (2010).

Nesta perspectiva, Figueiredo e Cavedon (2012, p. 231) apontam que “a cidade é, afinal, um espaço de desigualdades, visto que exprime a organização socioespacial do sistema capitalista”. Sendo assim, as organizações das cidades a partir do capitalismo fizeram com que diferentes grupos sociais as habitassem de diferentes formas. Apesar dessas diferentes formas de compreensão e análises organizacionais da cidade destacarem a importância desses debates na área dos Estudos Organizacionais, ainda há uma lacuna no que se refere às discussões sobre o processo de territorialização e construção da territorialidade dos sujeitos comuns no cotidiano das cidades a partir de suas práticas.

O cotidiano é aquilo que nos é dado diariamente, sendo este formado por diferentes tipos de práticas, ou “artes” de fazer (Certeau, 1998). São a partir das práticas que os sujeitos comuns vivenciam e vivem na cidade. Logo, as práticas são constituintes do espaço organizacional da cidade, as quais podem vir a formar territórios. Segundo Raffestin (1993), os territórios surgem a partir da apropriação do espaço por meio de diferentes atores sociais. Desta forma, inferimos que, a partir das artes de fazer cotidianas, os sujeitos comuns territorializam o que antes era dado, o espaço da cidade, em um espaço próprio.

Além disso, a territorialização está relacionada com a territorialidade, a qual se constitui por meio da vivência e permanência em determinado território (Raffestin, 2012). Neste contexto, as práticas cotidianas não são mais utilizadas como uma arte de transformação do espaço, mas como uma arte de vivência e permanência. Assim, é possível pensarmos que a organização-cidade é constituída por diferentes territórios, em que distintos grupos os vivenciam, apropriam e disputam. Um dos grupos que produzem esse movimento de transformação dos espaços da organização-cidade em territórios é a população em situação de rua.

Esse grupo social se caracteriza por fazer da rua sua morada, por estar em extrema pobreza e que, geralmente, não possui vínculos sociais com os demais membros da sociedade (Decreto n. 7053, 2009). De acordo com Kunz (2012), estes sujeitos muitas vezes não são vistos como humanos, devido à sua situação de vida. Este não-olhar também é razão de estarem fora do padrão hegemônico de produção e consumo de bens capitalistas, podendo ou não retirar seu sustento das ruas (Mattos & Ferreira, 2004; Mendes, 2007). Neste contexto, podemos inferir que os sujeitos em situação de rua realizam diferentes práticas ao ocuparem a cidade, desde maneiras de fazer o seu sustento diário até maneiras que configurem sua morada.

Desta forma, nosso olhar se volta à cidade de Maringá-PR e elencamos os sujeitos comuns como a população em situação de rua da cidade. Segundo Rodrigues e Souza (2018), o planejamento econômico e social da cidade é o principal fator segregador do município e sua região metropolitana. Ainda de acordo com os autores, o desenvolvimento da cidade privilegia aqueles numa posição hierárquica alta, enquanto os que estão em uma posição mais baixa não possuem prospecção de melhora.

Apesar de Maringá ser uma cidade modelo e planejada, possui grande desigualdade econômico-social. A desigualdade pode ser vista no último censo demográfico realizado pelo país em 2010, em que a renda per capita da cidade era de R\$1.202,63 por habitante, sendo que a cidade possuía, na época, pouco mais de 357 mil habitantes, segundo dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Urbano (2010). No entanto, de acordo com dados do Observatório das Metrôpoles (2018), no ano de 2018 a cidade contava com 357 pessoas em situação de rua. Neste panorama, a renda destes sujeitos é aproximadamente de R\$50,00 por dia trabalhado, sendo que os trabalhos se configuram, em sua maioria, em atividades como guardador de carros, coletor de materiais recicláveis, ou em pedir dinheiro (Observatório das Metrôpoles, 2018).

Seguindo a premissa, apresentada por Rodrigues e Souza (2018), de uma hierarquia socioeconômica, os dados do Observatório (2018) mostram um aumento de 61% de pessoas em situação de rua em referência ao ano de 2017, que contava com 177 sujeitos nessa situação. Já o ano de 2019 demonstra um aumento de 27% da população em situação de rua em Maringá se comparado com o ano de 2018, um salto de 357 para 450 pessoas (Observatório das Metrôpoles, 2019). De acordo com o Observatório das Metrôpoles (2019), o número de pessoas em situação de rua em Maringá, PR, teve um aumento de 105,5% entre os anos de 2015 e 2019.

Desta forma, o objetivo deste artigo é compreender as práticas de territorialização das pessoas em situação de rua em Maringá, Paraná. A metodologia que adotamos foi a etnografia urbana (Durham, 1986; Magnani, 2002). A etnografia foi realizada no período de abril de 2018 até maio de 2019, no qual um dos pesquisadores teve acesso aos sujeitos de pesquisa a partir de um grupo de ação social que atua com eles na cidade. Essa etnografia totalizou 29 diários de campo e diversas conversas informais com os sujeitos de pesquisa.

Os dados de campo foram analisados interpretativamente com base nas articulaçõesêmico, ético e teórico (Clifford, 2008). Postulamos três categorias de análise neste artigo: i) a constituição do espaço organizacional da cidade de Maringá, PR; ii) a territorialização deste espaço pelas pessoas em situação de rua; iii) a territorialidade a partir das práticas cotidianas.

Para a apresentação da discussão proposta, este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A seguir, apresentamos o referencial teórico, que está subdividido em subseções que compreendem as práticas cotidianas, territórios, organização-cidade e população em situação de rua. Em seguida, apresentamos os procedimentos etnográficos adotados nesta pesquisa. Por fim, são apresentadas as discussões sobre o processo de territorialização a partir das práticas cotidianas das pessoas em situação de rua em Maringá, seguidas pelas considerações finais do estudo.

## Referencial teórico

Esta seção está dividida em quatro partes. Primeiramente, abordaremos os conceitos teóricos de cotidiano de Michel de Certeau (1998), e em seguida os conceitos de territórios de Claude Raffestin (1993, 2012). Por conseguinte, apresentamos um breve panorama sobre o conceito de organização-cidade nos Estudos Organizacionais, assim como a maneira em que as pessoas em situação de rua vêm sendo abordadas nestes estudos.

### O cotidiano de Certeau

Ao falarmos do cotidiano, optamos por adotar a lente filosófica de Michel de Certeau. Certeau, Giard e Mayol (2002, p. 31) o definem como “aquilo nos é dado a cada dia”. Porém, com essa afirmação não devemos entender este conceito como sinônimo de rotina. O cotidiano também pode ser subvertido por meio de nossas próprias invenções (Certeau, 1998).

É no cotidiano que Certeau analisa os jogos de relação de poder, sendo que por meio de práticas os sujeitos comuns criam maneiras de jogar nesta relação (Leite, 2010). As práticas são “artes de fazer”, artimanhas, empregadas pelos sujeitos comuns. De acordo com Geraes Duran (2007), Certeau acreditava e confiava na invenção dos mais fracos.

Por mais fracos, devemos nos remeter ao conceito de homem-ordinário, ou sujeito comum, apresentado por Certeau (1998). Os sujeitos comuns somos todos nós, desde artesãos (Ribeiro, Ipiranga, Oliveira, & Dias, 2019), pessoas em situação de rua (Costa & Oliveira, 2019), catadores de recicláveis (Rodrigues & Ichikawa, 2015), entre outros que não possuem uma forma de poder legitimada. Além disso, podemos inferir que essas artes de fazer se configuram como microrresistências. Neste contexto, é necessário conceber que as práticas certeunianas estão imbricadas em relações de poder, configurando-se estrategicamente e taticamente (Certeau, 1998).

As artes de fazer estratégicas são “cálculo (ou manipulação) das relações de força [...] de um sujeito de querer e poder” (Certeau, 1998, p. 99), isto é, práticas estratégicas possuem um lugar próprio, sendo elas que ditam as regras do jogo cotidiano. Por sua vez, as táticas são artes de fazer sem lugar próprio, são momentâneas e criadas como respostas às estratégicas (Certeau, 1998). É interessante notarmos a preocupação do referido autor em estudar como essas táticas se configuram numa relação de consumo; contudo, não a de produtos de bens materiais, senão socioculturais.

Estudos como os de Oliveira, Mendes e Lopes (2019), Aguiar, Carrieri e Souza (2016) e Gouvêa e Ichikawa (2015) já evidenciaram a relevância de discussões sobre o conceito de práticas cotidianas nos Estudos Organizacionais. Oliveira, Mendes e Lopes (2019) realizaram um estudo etnográfico na cidade de Goiás a fim de compreender como as práticas de organização de uma procissão influenciam os modos de (re)produção de lugares e espaços da cidade. Por sua vez, Gouvêa e Ichikawa (2015) estudaram como os integrantes de uma feira cooperativista conseguem, por meio de táticas, subverter a alienação e estratégias que lhes são impostos pela Instituição reguladora.

A relação de estratégias e táticas também está presente na pesquisa de Aguiar, Carrieri e Souza (2016). Os autores discutiram essas práticas no contexto de gestão de circos itinerantes brasileiros. As estratégias podem ser observadas na rede de relações internas e externas dos sujeitos do circo, ou no papel central que a família exerce nessa organização; já as táticas foram consideradas essenciais no cotidiano do circo (Aguiar, Carrieri, & Souza, 2016). Os autores exemplificam que, a partir das táticas, os sujeitos podem definir ou redefinir sua rota de apresentação, no caso de já haver outro circo na cidade, ou se houver alguma outra festa ou comemoração no local que inviabilize o lucro pretendido, por exemplo.

Além disso, Certeau (1998) nos alerta que nossas práticas também configuram os espaços. Para o autor, os lugares são estáveis, enquanto os espaços são criados a partir da vivência e das práticas de seus usuários. Os espaços Certeauianos estão para os territórios de Raffestin (1993), bem como a vivência para a territorialidade. A criação de territórios está ligada às artes de fazer dos sujeitos comuns, que modificam e reivindicam o espaço de forma física e simbólica. Para esta compreensão, na próxima seção articularemos os conceitos apresentados de Certeau com os de territorialização propostos por Claude Raffestin.

## Territorialização a partir de práticas

Partindo de uma perspectiva política crítica da geografia, Raffestin (1993) distingue espaço de território. Para o autor, os termos de espaço e território têm sido usados sem critério pelos geógrafos, sendo necessária uma distinção entre eles. Deste modo, Raffestin (1993) define o espaço como preexistente a qualquer ação, não possuindo valor de troca, senão de uso. Nesta perspectiva, o espaço é dado como palco para ação humana, sendo anterior ao território (Raffestin, 2012; Raffestin, 1993).

Neste sentido, estudos como de Saraiva, Carrieri e Soares (2014, p. 108) corroboram que “o conceito de território se relaciona à visão de propriedade que uma pessoa ou grupo possui – uma base física sobre a qual a dimensão afetiva se desenvolve – vivenciada por práticas simbólicas que tipificam uma afetividade espacial singular”. Assim, o espaço é um ponto de referência para o território, sendo este um produto do espaço, conforme aponta Raffestin (1993). Em suma, o espaço seria a base física para a criação de territórios.

Ainda de acordo com Raffestin (1993, pp. 143-144), “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Neste sentido, para Raffestin (1993, p. 144), “o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”. É necessário apontarmos que a análise de poder feita pelo autor é a partir de um olhar foucaultiano.

Para Foucault (1989, p. 183), poder pode ser definido como: “[...] algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem”. Para Haesbaert (2007), o território está ligado não somente ao poder político, mas também simbólico, havendo sempre uma dimensão material concreta, ou seja, o território tanto funcional quanto simbólico (Haesbaert, 2007).

À vista de que todos os indivíduos são constituídos de poder (Foucault, 1989), os atores sociais que produzem territórios não são apenas aqueles ligados ao Estado ou organizações (Raffestin, 1993). Os sujeitos comuns também territorializam o espaço por meio de práticas estratégicas e táticas, desta forma, re(criando) seu cotidiano. Nas concepções de Raffestin (1993), as estratégias podem ser observadas a partir do Poder, com letra maiúscula, sendo este manifestado por vias institucionais. Enquanto o poder, em letra minúscula, é aquele presente, de forma não perceptível, nas relações sociais (Raffestin, 1993). Logo, pode-se relacioná-lo com as táticas certeunianas.

Assim, o processo de territorialização ocorre a partir da apropriação do espaço anterior, sendo que esta apropriação ocorre a partir de relações de poder e social (Raffestin, 1993). Nos conceitos de Certeau (1998), podemos inferir que o território é um espaço praticado. A partir de diferentes táticas e estratégias, os sujeitos comuns transformam o que antes era dado em vivido (Certeau, 1998; Raffestin, 1993). Além disso, são esses diferentes tipos de práticas que constituem o cotidiano territorial.

Deste modo, percebemos que a territorialização a partir de diferentes “artes de fazer” cotidianas infere na territorialidade. Para Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade é a “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”. Já para Saquet (2009), o território é produzido socialmente em diferentes escalas devido às relações de poder. Assim sendo, a territorialidade advém das relações cotidianas dos sujeitos sociais em determinado território (Saquet, 2009).

A territorialização é o processo de transformação do espaço em território, o qual ocorre a partir de práticas cotidianas. Já a territorialidade é a vivência e a permanência no território, o qual se constitui por meio de um sistema de trocas e de fluxos entre o ambiente físico e social (Raffestin, 2012). Neste contexto, Raffestin (1993) defende uma visão relacional ao território, sendo este feito e refeito em diferentes escalas. Esse processo de fazer e refazer pode ser compreendido pelo conceito de multiterritorialidade defendido por Haesbaert (2007). Para o autor, os sujeitos vivem simultaneamente em diversos territórios.

A pesquisa de Bretas e Saraiva (2013) demonstrou essa relação ao analisar as formas de controle na territorialidade de flanelinhas em uma cidade. Segundo os autores, a territorialidade desses sujeitos é controlada tanto de forma simbólica quanto física pelos agentes controladores do espaço urbano. No entanto, os “flanelinhas” usam de práticas cotidianas para a formação e garantia de permanência em seus territórios que entra em conflito com outros sujeitos e atores sociais (Bretas & Saraiva, 2013).

Os Estudos Organizacionais têm, recentemente, incorporado os conceitos derivados de território em suas análises. Por exemplo, Guarnieri, Chagas e Vieira (2018) buscaram compreender como ocorre a territorialização do cotidiano de alguns moradores com a implantação de Academias da Terceira Idade (ATIs) em uma praça no bairro que vivem. O processo de territorialização é compreendida a partir do cotidiano, pois “[é nele], ou seja, no espaço construído e praticado, que se percebem as manifestações de dominação e apropriação” (Guarnieri, Chagas, & Vieira, 2018, p. 66). Os

autores corroboram que o espaço da ATI é territorializado por aqueles que o usam, muitas vezes, por táticas, como o ensinar aos colegas como fazer determinado exercício ou usar algum aparelho, já que não há instrutores presentes.

A perspectiva de territorialização proposta por Raffestin (1993) e o cotidiano de Certeau (1998) nos permite pensar como esse processo ocorre no espaço organizacional das cidades. Para tanto, é preciso entender a cidade como uma organização social complexa, produtora de signos, símbolos e significados (Ipiranga, 2010). Assim, na próxima seção discutiremos o conceito de organização-cidade nos Estudos Organizacionais.

### Cidade: uma organização complexa

Segundo Certeau (1998), a produção de um espaço próprio reforça a racionalização da cidade, a qual deve ser livre de qualquer tipo de poluição, desde as físicas até as políticas. Assim, o espaço próprio seria o lugar não praticado, um espaço dado aos habitantes que deve seguir as premissas dos projetistas e arquitetos. Já o estabelecimento de um não-tempo, segundo o referido autor, busca substituir as táticas, já que elas são momentâneas, sem espaço próprio, dependente do tempo. O não-tempo seria a forma de silenciamento completo dos jogos de astúcias dos sujeitos comuns. Por conseguinte, a criação de um sujeito universal e anônimo pode se referir à própria cidade (Certeau, 1998).

A partir dessas três características temos a cidade-conceito (Certeau, 1998), um espaço anterior à prática e à vivência, o qual se baseia em uma racionalização urbanística e funcionalista (Raffestin, 1993; Certeau, 1998). Contudo, apesar de presente nos dias atuais, a cidade-conceito se mostra utópica, visto que não há como seu espaço não ser territorializado por seus habitantes. No campo da Administração, essa complexidade está presente nas discussões acerca da organização-cidade.

Segundo Knox (2010), as cidades têm sido estudadas em termos geográficos, sociológicos e antropológicos, urbanísticos e econômicos. No entanto, a Administração tem ignorado a cidade como um local de organização (Knox, 2010). Segundo Coimbra e Saraiva (2013, p. 37) a cidade pode ser considerada uma organização por sua complexidade e diversidade estrutural e simbólica, sendo “um fluxo em transformação compreendido por meio de realidades e metáforas”.

Fischer (1997), por exemplo, visualiza a cidade como uma teia organizacional, isto é, um lugar pluralístico e multidimensional com características ambíguas e metafóricas, repleta de símbolos, signos e significados. Com esta perspectiva e superando a visão de organização como sendo aquela construída por paredes em um local fixo, a referida autora adota o termo organização-cidade. Já Mac-Allister (2004) enxerga a visão de Fischer (1997) como limitada, apontando que deste modo apenas é enxergada a organização social como cidade, considerando a melhor definição como:

[...] uma organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade. (Mac-Allister, 2004, p. 175).

No entanto, ambas as visões dão enfoque a uma perspectiva de gestão, seja ela urbana ou empresarial. Saraiva e Carrieri (2012) expandem a visão apresentada pelas referidas autoras, adotando um olhar de dinâmica urbana, buscando entender a organização-cidade a partir da vida social organizada.

A cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local, o que se refere à cidade em si e à gestão desse complexo. (Saraiva & Carrieri, 2012, p. 552).

Por sua vez, Franco e Oliveira (2016) expandem o entendimento de organização apresentado por Certeau. As autoras compreendem a cidade como um processo organizativo, no qual as organizações acontecem, conforme apresentado por Schatzki (2006), a partir de práticas sociais.

É preciso destacar que assim como Certeau (2008) o termo organização não se refere a uma lógica linear ou dominante, ou seja, cada processo da vida social tem suas especificidades de como se organiza coletivamente. Nesse sentido, para o campo dos EBP na Administração, as cidades são processos organizativos produzidos por seus habitantes, o que inclui as organizações. (Franco & Oliveira, 2016, p. 8).

Deste modo, podemos compreender as organizações a partir das diferentes práticas e relações sociais dos sujeitos comuns, sendo necessário entender de perto os percursos percorridos neste espaço como forma de territorialização. Portanto, procuramos compreender como as pessoas em situação de rua da cidade de Maringá, PR, territorializam este espaço organizacional a partir das práticas cotidianas.

## Pessoas em Situação de Rua: um panorama

A nomenclatura “Pessoas em Situação de Rua” tem sido adotada recentemente. De acordo com Neves (2010), este termo busca retirar parte do preconceito e estereótipo atribuído a estas pessoas, as quais eram vinculadas como pedintes, moradores de rua e mendigos.

Essa mesma nomenclatura também é utilizada pela Política Nacional<sup>1</sup> do País, classificando-os como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto n. 7053, 23 de dezembro de 2009).

1 O Decreto nº 7.053 foi estabelecido após a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, que foi realizada de agosto de 2007 a março de 2018. A pesquisa foi realizada em 71 cidades brasileiras acima de 300 mil habitantes, identificando, na época, 31.922 pessoas acima de 18 anos vivendo nas ruas.

Esta heterogeneidade a qual a Lei discorre é difícil de perceber nos discursos da sociedade em seu cotidiano, inclusive, de acordo com Lacerda (2012), as políticas públicas voltadas a esta população tende a homogeneizá-la. Além disso, de acordo com Costa (2007), os grupos religiosos foram os primeiros a prestar alguma assistência às pessoas em situação de rua, nos anos de 1970 e 1980. Apenas a partir de 1990 o Estado começou a dar atenção a estes sujeitos (Costa, 2007).

Em geral, a sociedade tende a não olhar para essas pessoas como seres humanos, conforme aponta Kunz (2012), visto que essa população está à margem, sofrendo tipificações por estarem sujas, sem trabalho, sem dinheiro, além de não fazerem parte do modelo capitalista de consumo e de produção de bens (Mattos & Ferreira, 2004). Ademais, essas pessoas estão em constante movimento pela cidade, sendo difícil um método de qualificar e até mesmo quantificar os indivíduos nesta situação (Ferreira, 2006).

Honorato (2014) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016) atribuem essa mobilidade como fator para essa população não constar nos censos demográficos do país. Em uma estimativa realizada no ano de 2016, o país contava com cerca de 122.890 pessoas em situação de rua; no entanto, essa estimativa tende a não ser precisa devido à falta de dados destes sujeitos (Ipea, 2016).

Segundo Ferreira (2006) e o Ipea (2016), alguns municípios estão adotando iniciativas censitárias próprias para reconhecer a quantidade de sujeitos em situação de rua para a criação de políticas públicas direcionadas a eles. Isso, inclusive, ocorre na cidade de Maringá, por meio de estudo do Observatório das Metrôpoles, que realiza estudos voltados às relações sociais, economia e urbanismo.

Estudos acerca da população em situação de rua não são necessariamente novidade no campo acadêmico (Palombini, 2013; Silva, 2010; Mendes, 2007; Mattos & Ferreira, 2004). Especificamente no campo da Administração, apenas recentemente temos trabalhos nos Estudos Organizacionais que retratam os sujeitos em rua (Santos & Soares, 2017; Honorato, Saraiva, & Silva, 2017; Honorato & Saraiva, 2016; Melo 2015).

Melo (2015) elaborou um registro fotográfico da população em situação de rua da cidade de Belo Horizonte. O registro ocorreu nas ruas e no abrigo (albergue) oferecido pela prefeitura da cidade a fim de registrar o dia a dia dessas pessoas. A partir do registro, a autora documentou uma forma de controle da prefeitura sobre os sujeitos, sendo que o abrigo funcionaria como uma camuflagem. Escondeu-se, deste modo, a população de rua do grande centro, além de ser uma forma de propagar o conceito de gentrificação (limpeza) da cidade (Melo, 2015). Além disso, durante o trabalho a referida autora negou ter presenciado o estereótipo de violência atribuído a essas pessoas, e nota que elas tendem a dormir juntos ou em proximidade como forma de proteção.

Enquanto isso, Honorato e Saraiva (2017) estudaram os discursos das políticas sociais sobre a população em situação de rua, sendo estes considerados como excluídos socialmente e economicamente, também na cidade Belo Horizonte. Os autores reconheceram e apontaram a dificuldade da luta por direitos dessa população, e por meio da análise de discurso

notaram o estigma e discriminação que esses sujeitos sofrem pela sociedade de médio-alto padrão a partir da presença do discurso hegemônico. Tal discurso busca o controle da cidade e da ordem social, como o controle de espaços públicos como parques abertos e arquitetura antimendigo, por exemplo (Honorato & Saraiva, 2017).

De forma diferente, Santos e Soares (2017) analisaram a partir do uso de imagens as práticas organizativas de controle de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Os autores fizeram uma análise em três territórios distintos da cidade: baixo-centro, sendo este menos desenvolvido; hipercentro, um lugar de transição no qual se encontram grandes organizações, como bancos, por exemplo; e região centro-sul, lugar considerado de alto padrão e maior desenvolvimento.

Nos lugares menos desenvolvidos e de transição, o controle ocorre pela arquitetura antimendigo, estruturas que impedem a aglomeração das pessoas, promovendo a expulsão e o afastamento das mesmas (Santos & Soares, 2017). O controle ocorre tanto pela esfera pública, como postos policiais localizados em locais considerados mais perigosos e com maior circulação das pessoas em situação de rua, quanto pela esfera privada que tende a promover o processo de gentrificação. Nota-se que o controle nessas localidades ocorre por meio físico, e pelo motivo dessas pessoas estarem à contramão do capitalismo, não possuindo poder aquisitivo (Santos & Soares, 2017).

Já na região centro-sul o controle ocorre por meio simbólico, visto que é uma região projetada e desenvolvida, na qual se encontram diversos prédios públicos. Esse controle simbólico, que valoriza a cultura do consumo e a cultura etilista, segundo os referidos autores, gera uma segregação ao ponto de as pessoas em situação de rua não serem grandes frequentadores deste espaço, sendo limitadas às regiões menos desenvolvidas da cidade.

Com esses estudos de bases, serão seguidas as ideias dos autores citados sobre estudar essa população de rua com o objetivo de descaracterizar os estereótipos enraizados a eles. Nos Estudos Organizacionais, Honorato, Saraiva e Silva (2017) e Honorato (2014) utilizaram a análise de discurso a fim de compreender o que é dito pela sociedade sobre essas pessoas em situação de rua, e como essa população subverte esse discurso. Ademais, Honorato e Saraiva (2016) analisaram o discurso da construção da cidade como um produto, e como isso infere em práticas cotidianas desses indivíduos.

Nesse contexto, consideramos que o entendimento sobre o processo de territorialização destes sujeitos ainda precisa ser aprofundado e pode oferecer contribuições ao campo dos Estudos Organizacionais, ao demonstrar as práticas que a população em situação de rua realiza no cotidiano e como constroem a sua territorialidade. Para tanto, é necessário um engajamento cotidiano entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Assim, na próxima seção iremos abordar como construímos esta pesquisa, em especial, a partir da etnografia da urbana.

## Procedimentos metodológicos

Realizar um estudo etnográfico é mais do que estabelecer uma relação teórico-metodológica com o objeto e sujeitos de estudo, é estabelecer relações com o campo de pesquisa. Essa relação é estabelecida, conforme Magnani (2009) pontua, a partir do estranhamento do pesquisador com um mundo que antes não lhe era conhecido ou até mesmo percebido.

Segundo Magnani (2009), o pesquisador deve estabelecer uma relação de troca com o mundo de pesquisa; seu papel não é atestar ou doutrinar sua visão de mundo e suas teorias, senão comparar e compartilhá-las a fim de obter um novo entendimento ou esclarecimento com os sujeitos de pesquisa. É a partir disso que se atinge a “experiência etnográfica”.

A experiência etnográfica requer “uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção” (Clifford, 2011, p. 36). De acordo com Magnani (2009), a experiência etnográfica é imprevista, a qual induz à prática etnográfica, sendo esta programada e contínua.

A imersão no campo de pesquisa é possível a partir da observação participante, a qual vem sendo usada como uma técnica antropológica desde os estudos com ênfase colonialista e positivista, nos quais o campo de pesquisa era um lugar a ser “descoberto” (Clifford, 2011). A participação observante, de acordo com Clifford (2011), possibilita transitar entre os acontecimentos e a vivência do campo de pesquisa, assim como os significados de tais em contextos mais amplos a partir de um olhar mais distante.

Este olhar mais distante está presente na etnografia urbana de Magnani (2002), o qual postula ser necessário um “olhar de perto e de dentro”. Para o referido autor, os estudos etnográficos recentes não se baseiam em povos ou lugares a serem descobertos, mas nos acontecimentos, nos sujeitos e no cotidiano das cidades. Assim, decidimos seguir os percursos da etnografia urbana, conforme postulado por Durham (1986). Para a referida autora, na etnografia urbana o pesquisador possui uma postura subjetiva com o intuito de uma interação simbólica, sendo rara as ocasiões que se resida ou que se compartilhe as mesmas condições de existência dos sujeitos de pesquisa.

Com isso em mente, um dos pesquisadores desta pesquisa entrou em campo em 14 de abril de 2018, participando de uma ação social sem fins lucrativos que entrega marmitas de macarrão à população de rua aos domingos no horário do almoço. A observação-participante permitiu que nós compreendêssemos aspectos rotineiros e culturais da população sendo estudada de forma explícita e tácita (Dewalt & Dewalt, 2011). Vale notar que no campo das Ciências Humanas e Sociais, a forma que os pesquisadores conseguem acessar esta população é a partir de grupos que lhes prestam algum auxílio (Abal & Guglemin, 2019; Rogers, 2017; Biscotto, Jesus, Silva, Oliveira, & Merighi, 2016; Hoffman & Coffey, 2008).

Na ação social, o pesquisador participou, primeiramente, das entregas do alimento, sendo este sempre uma marmita de macarrão ao molho bolonhesa e um suco de fruta. Em seguida, participou na preparação da

refeição, ajudando a cortar alguns alimentos, preparando o suco do dia, e montando algumas marmitas.

Geralmente o grupo social percorria de carro o mesmo trajeto para a entrega dos alimentos, já sabendo os locais que havia uma maior concentração de pessoas. O percurso percorrido era sempre central, passando pelas principais avenidas da cidade, por volta do meio-dia até duas horas da tarde. Este vai-e-vem fez com que notássemos os locais que esses sujeitos tomavam para si.

Aos poucos fomos percebendo que a rua é mais do que apenas um local para dormir para estes sujeitos, os diferentes espaços que eles tomavam para si passavam por transformações próprias. Neste sentido, foi necessário que atentássemos nosso olhar para o espaço organizacional da cidade.

Assim, para entender os diferentes enunciados pedestres (Certeau, 1998), o pesquisador participou da pesquisa do Observatório das Metrôpoles de Maringá, que visa quantificar e caracterizar a população de rua da cidade. A participação na pesquisa do Observatório foi ativa (Dewalt & Dewalt, 2011), estando presentes nas reuniões com os demais pesquisadores participantes, nas visitas às instituições de apoio que lidam com esses sujeitos e no percurso realizado pelas ruas da cidade para realização de entrevistas.

A Figura 1 mostra a quantidade de pessoas em situação de rua abordadas pelo Observatório na cidade de Maringá em um período de quatro anos.

| Ano  | Número de Pessoas em Situação de Rua abordadas em Maringá, PR |
|------|---|
| 2015 | 219   |
| 2016 | 165   |
| 2017 | 222   |
| 2018 | 357   |
| 2019 | 450   |

Figura 1. Número de Pessoas em Situação de Rua Abordadas em Maringá, PR

Fonte: Adaptado do Observatório das Metrôpoles Núcleo UEM/Maringá (2019)

Além disso, de acordo com a média das cinco pesquisas, 91% da população é do sexo masculino, com idade média de 38 anos. A escolaridade também é baixa, sendo que 3% desta população é analfabeta, 50% possuem ensino fundamental incompleto, 12% com ensino médio completo, e 4% com ensino superior completo ou incompleto (Observatório das Metrôpoles Núcleo UEM/Maringá, 2019). A Tabela 1 mostra um compilado geral dos dados das pesquisas de 2015 a 2019.

Tabela 1. Dados sociodemográficos Sobre a População em Situação de Rua da Cidade de Maringá, PR dos Últimos Cinco Anos

|                                    |                                |        |
|------------------------------------|--------------------------------|--------|
| <b>Sexo</b>                        | Masculino                      | 91%    |
|                                    | Feminino                       | 9%     |
| <b>Cidade de origem</b>            | Maringá e Região Metropolitana | 34%    |
|                                    | Outras cidades                 | 66%    |
| <b>Local de descanso</b>           | Albergue                       | 17,30% |
|                                    | Calçadas e Marquises           | 57,50% |
| <b>Tempo em situação de rua</b>    | Até um ano                     | 43%    |
|                                    | Entre 2 e 3 anos               | 18%    |
|                                    | Mais de 9 anos                 | 19%    |
| <b>Média da idade dos sujeitos</b> | Até 20 anos                    | 4%     |
|                                    | 21 a 30 aos                    | 25%    |
|                                    | 31 a 40 anos                   | 33%    |
|                                    | 41 a 50 anos                   | 23%    |
|                                    | 50 a 60 anos                   | 11%    |
|                                    | Mais de 60 anos                | 4%     |
| <b>Cor</b>                         | Preta                          | 15%    |
|                                    | Parda                          | 52%    |
|                                    | Branca                         | 30%    |
|                                    | Indígena                       | 2%     |
|                                    | Amarela ou outras              | 1%     |

Fonte: Adaptado do Observatório das Metrôpoles Núcleo UEM/Maringá (2019)

A participação no Observatório ocorreu nos meses de outubro a novembro de 2018. Nela, foi possível obter dados gerais sobre a população, inclusive os diversos lugares que elas se encontram, além da região central. Para o Observatório (2018), sujeitos que estão em alguma instituição de apoio ainda devem ser considerados como em situação de rua, pois não possuem nenhum outro lugar para ficar.

Durante a participação, o pesquisador em questão realizou entrevistas semiestruturadas seguindo o roteiro estabelecido pelo Observatório, assim como conversas informais com os sujeitos de pesquisas. As entrevistas foram realizadas com sete pessoas em situação de rua e as conversas informais com outras seis. As entrevistas foram registradas no diário de campo, pois essa pesquisa está vinculada a um processo do comitê de ética que não permitia nenhum tipo de gravação dos sujeitos de pesquisa.

O contato com a população do estudo ocorreu nas ruas da cidade de Maringá, muitas vezes em seus territórios mais íntimos, no espaço em que dormiam. Nesse contexto, enfrentamos algumas dificuldades em estabelecer relações de confiança para que as entrevistas e conversas informais pudessem ocorrer, além do mais recebemos diversas negativas de participação, demonstrando que nem sempre o campo é receptivo do pesquisador. A saída de campo ocorreu após o pesquisador perceber que estava muito imerso no campo de pesquisa, sendo necessário um distanciamento a fim de compreender a experiência vivida. Deste modo, a etnografia teve duração de pouco mais de um ano, de abril de 2018 até maio de 2019, totalizando em 29 diários de campos.

Para as análises interpretativas (Clifford, 2011) realizadas neste artigo, os nomes dos sujeitos de pesquisa foram alterados a fim de garantir seu anonimato e privacidade. O tempo passado em campo mostrou que os sujeitos de pesquisa (re)transformam o espaço da cidade em territórios próprios e individuais. Assim, criamos três categorias de análises a partir da base teórica e metodológica: i) a constituição do espaço organizacional da cidade de Maringá, PR; ii) as práticas cotidianas de coalização na territorialização deste espaço pelas pessoas em situação de rua; iii) a territorialidade a partir das práticas cotidianas.

## Resultados e discussões sobre a Pesquisa

Esta seção apresenta de quais formas a territorialização está relacionada às práticas cotidianas empregues pelas pessoas em situação de rua. A partir das diferentes “artes de fazer” estes sujeitos começam a tomar conta deste espaço, dando a ele forma e personalidade. Assim, percebemos que a territorialização vai além de apenas fazer da rua suas moradas, garantindo sua permanência no território.

### A constituição dos espaços na cidade no processo de territorialização das pessoas em situação de rua

Maringá é uma cidade planejada, podendo ser considerada uma cidade-conceito nos moldes certeaniano. Segundo informações da Prefeitura da cidade (2018), seu planejamento faz referência ao conceito de “cidade-jardim” elaborado por Ebenezer Howard. Este conceito vem de uma perspectiva ecológica, a qual prezava por solucionar problemas de higiene e insalubridade das classes mais baixas, que viviam à margem do sistema capitalista. Assim, foi proposto o retorno da população urbana ao meio rural para sofrerem um novo processo de urbanização, portanto, planejado (Hall, 2007).

No entanto, esse conceito fora distorcido com o tempo, e o que Howard propunha era a democratização e melhores condições de vida para essas pessoas em condições de vida difíceis. O que aconteceu com seu projeto, entretanto, fora a segregação e isolamento desses indivíduos, de acordo com Hall (2007). Essa segregação e isolamento foram observados por nós em nosso tempo de campo.

Ao retornarmos à crítica de Certeau (1998) ao conceito de cidade, podemos ver que o desenho das largas avenidas, de canteiros e ruas bem arborizados e organizados não leva em conta as práticas cotidianas de seus usuários, principalmente dos sujeitos comuns marginalizados pela sociedade, aqueles em situação de rua. Ao analisarmos como o espaço central da cidade é organizado, podemos observar um controle do que é permitido ou não, e do que passa a ser tolerado.

Observamos que as pessoas em situação de rua constantemente se libertam da prisão que lhes é imposta pelo espaço, seja pelos locais que usam como moradia, as formas que socializam, pelo uso de drogas ou até mesmo por sua existência (Diário de Campo, setembro de 2018). O espaço organizacional é mais do que apenas a “prisão original” que defende Raffestin (1993), é uma prisão controlada sob constante vigilância daqueles que controlam tal organização.

Isto pode ser compreendido na fala de José Luiz, um homem há aproximadamente trinta anos em situação de rua. Em seu relato, ele conta como estabeleceu e continua por estabelecer relações sociais que permitem sua permanência no espaço. Seu local de moradia é na praça da prefeitura da cidade, um espaço sob constante vigilância do poder público e com alta circulação de pessoas, conforme observamos. Ele nos conta que sua permanência neste espaço é monitorada, remetendo-nos ao apontamento de Figueiredo e Cavedon (2012) de que o espaço organizacional é constituído de controles físicos e simbólicos.

José Luiz pode usar o espaço da praça como sua moradia fora dos horários comerciais. Conforme seu relato: “eu venho para cá começo da noite, e fico antes deles chegarem para trabalhar” (Diário de Campo, setembro de 2018). Embora consideremos que esse tempo de permanência e vivência infere em uma territorialização, também percebemos que o poder do espaço é mais forte que as práticas cotidianas que José Luiz emprega. Neste contexto, podemos compreender como a relação de território e espaço é complexa e imbricada em diferentes relações de poder.

É possível considerar, assim como Certeau (1998), de que ao resistir aos lugares que a cidade produz para as pessoas em situação de rua, esses sujeitos sociais espacializam essas localidades de forma que a sua existência, ainda que controlada, seja reconhecida. E ao se apropriar destes espaços, essas pessoas territorializam a cidade. Isso pode ser compreendido no caso de Jerônimo ao se deslocar de uma cidade vizinha para Maringá. Mais do que simplesmente um local de moradia urbana, a cidade era para ele um refúgio e fuga para os problemas pessoais que enfrentava em casa. Neste caso, Jerônimo começava sua territorialização antes mesmo de estar fisicamente no espaço organizacional da cidade e sua apropriação era primeiramente simbólica. Sua apropriação física, em outros termos, a criação de seu território nas ruas da cidade, ocorreu por diversas práticas cotidianas, em especial devido às suas relações com as drogas e seus laços familiares fragilizados.

Deste modo, as dinâmicas de intersecções destes três fenômenos sociais (práticas, espaços e território) incidem nos corpos destes sujeitos sociais. Um primeiro efeito produzido é, por parte da cidade, o reconhecimento

da existência das pessoas em situação de rua, ainda que vinculado aos mecanismos de controle. Isso porque a organização-cidade não foi constituída para essa população. Tanto que nos locais observados para a realização desse estudo não foram observados equipamentos públicos vinculados às suas formas de ocupação da cidade, a exemplo de bebedouros públicos para que tivessem acesso à água potável.

Em relação à população em situação de rua, essas dinâmicas interseccionais evidenciaram práticas de (re)existências desse grupo social. Isso pode ser evidenciado por meio das estratégias de ocupação do espaço que João Luiz estabelece. Identificando os modos de controle aos quais seu corpo está submetido e que não tem poder de rompimento, a sua prática de controle do tempo é uma forma de resistir estrategicamente à organização-cidade. Como o tempo é algo que lhe é imposto em seu cotidiano, são os modos de “jogar” (Certeau, 1998) com esse tempo que lhe possibilita (re) existir nessa localidade que escolheu para viver frente às possibilidades que lhe foram conferidas.

Sendo assim, a primeira reflexão teórica que apresentamos nesse artigo em decorrência de nossa primeira categoria de análise é que, no processo de territorialização, as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional evidenciam como os sujeitos sociais resistem estrategicamente por meio do controle do tempo para garantir seus modos de (re)existência nas cidades. E o local de constituição desse processo é o corpo dessa população. O controle e a capitalização do tempo são apresentados por Certeau (1998) como uma das características de constituição de lugares por meio de saberes e de poderes que singularizam determinadas localidade. Ao usar o espaço de forma como ele não foi projetado, ainda que a partir dos modos de controle do tempo alheias a sua vontade, José Luiz impõe outra finalidade: existir! E é a sua presença nesse local que possibilita efetivamente reorganizar a organização-cidade

Se, como afirma Haesbaert (2007), o território é tanto funcional, implicando materialidade, quanto simbólico, podemos considerar que é sob os corpos (funcional) das pessoas em situação de rua que a dimensão simbólica (tempo) da organização-cidade atua. Neste sentido e como demonstrado na experiência de Jerônimo, ou seja, a territorialização do espaço organizacional da cidade poder ser (re)criado antes da ocupação dos corpos pelas diferentes ruas e avenidas.

Já no caso de José Luiz, de maneira estratégica, conforme Certeau (1998) nos alerta, ele constrói seu cotidiano sabendo jogar com as relações de poder no espaço organizacional da cidade, principalmente ao estabelecer relações com os agentes reguladores e mantenedores de poder. Suas relações com alguns guardas municipais, seguranças e políticos da praça onde vive, além de ser (re)conhecido de comerciantes da região, são de suma importância para a permanência dele naquele espaço. Essa interação permite que ele crie seu próprio território. No entanto, isto não significa que a con(vivência) ocorra sempre de forma livre e tranquila. Essas práticas de coalizações se constituem como estratégia de sobrevivência, portanto, colocam em disputa diferentes recursos, inclusive a própria vida.

## As práticas cotidianas de coalização no processo de territorialização das cidades

Conforme discute Certeau (2998), o cotidiano é um processo político. Os sujeitos sociais podem atuar de forma singular, porém não sozinhos. Essa construção política implica produzir estratégias e elaborar táticas que garantam espaços e lugares na vida social. No caso das pessoas em situação de rua, as práticas estabelecidas implicam estabelecer coalizações para garantir sua ocupação da cidade.

Essas relações ficam ainda mais evidentes quando José Luiz faz referência à época natalina da cidade. Durante esta época, Maringá fica enfeitada cheia de luzes e decorações natalinas. Em especial, a praça da prefeitura se torna um local de encontro para os habitantes da cidade, onde há diversas atrações gastronômicas e um túnel com luzes natalinas que sempre está movimentado, tornando-se uma atração turística da temporada.

É interessante notarmos que José Luiz, bem como outros em situação de rua que são excluídos desse local de encontro, possui a característica de habitante da cidade que é, em parte, tomada deles. Conforme ele nos relatou:

Quando chega o Natal, eu tenho que sair daqui né. Porque fica tudo bonito, arrumado. Uns dias antes os guardas vêm e já falam que eu tenho que ir para outro lugar. Eu vou, fico por aqui perto, mas onde não tem movimento. Eu vou, mas eu volto. (José Luiz, Diário de Campo, setembro de 2018).

Essa imposição vem de uma força legitimadora, a policial, garantindo seu afastamento, e, conseqüentemente, privando o direito de participar do evento da cidade. Podemos observar essas relações de conflito constantemente. Em diversas ocasiões, ouvimos relatos de pessoas em situação de rua de que a prefeitura da cidade os mandava para cidades vizinhas de ônibus em épocas do ano como o Natal ou em épocas de eleições políticas a fim de vender uma imagem da cidade como livre de problemas sociais, econômicos e habitacionais. Assim, de um lado temos o conceito da cidade tentando ser imposta a todo o momento por meio de controles organizacionais, de outro temos as diferentes artes de fazer dos habitantes das cidades. Assim, apreendemos que a territorialização das pessoas em situação de rua é uma constante batalha.

Assumindo a ideia de que o espaço organizacional da cidade pode ser considerado uma prisão (Raffestin, 1993), é a partir de práticas e estratégias que os sujeitos tentam fugir dela. Para aqueles em situação de rua, perguntamo-nos se há como fugir deste espaço ou se é possível se (re) adaptar a ele. A partir de nossas observações, vemos uma constante tentativa destes sujeitos em subverter o Poder a partir de táticas e estratégias. Isso poder ser observado no relato de José Luiz: “eu não posso ficar aqui, mas eu trabalho por aqui” (Diário de Campo, setembro de 2018). Observamos que ele trabalha como flanelinha em torno das avenidas e ruas da prefeitura da cidade.

Aqui temos a arte da conveniência, devido ao seu tempo de permanência nas ruas e nessa mesma localização, de maneira astuta ele usa isso para sua vantagem. Mais do que simplesmente entender essa prática como

uma tática, compreendemo-la como uma estratégia recorrente. Conforme observamos, a partir destes tipos de estratégias os sujeitos em situação de rua passam a ser (re)conhecidos na cidade. Este (re)conhecimento imprime uma marca no espaço, a qual denominamos de territorialização.

A territorialização de Rodrigo ocorre por suas artes de trabalho também. Ele atua como catador de materiais recicláveis, empurrando seu carrinho pela cidade quase todos os dias para garantir alguma forma de sustento. Sua territorialização é marcada tanto por suas práticas estratégicas de saber aonde ir para conseguir o material de seu sustento, quanto pelo acaso de seus trajetos pela cidade que vão além de suas artes de trabalho, visto que seus trajetos são marcados também por relações pessoais, de sobrevivência e de moradia. Talvez esta última, no caso de Rodrigo, seja a mais constante em sua vida. Toda vez que o encontramos ele dizia que poderíamos passar na igreja que sempre dorme à noite e que o encontraríamos lá.

Desta forma, compreendemos que a territorialização é tanto imposta como conquistada. Neste sentido, a imposição do território é dada pelo próprio espaço organizacional da cidade; contudo, a partir de suas maneiras de trabalhar os sujeitos territorializam, ou seja, personalizam tal espaço. Ao retornarmos ao exemplo de José Luiz, vemos que a territorialização se dá por suas maneiras de trabalhar, os trajetos que ele percorre durante o dia e durante a noite, e também pelas suas relações sociais.

As relações sociais possuem um importante papel nos processos de territorialização, pois são as coalizações constituídas que serão base formação do espaço organizacional. É importante notar que essas relações não ocorrem de forma homogênea, conforme o relato de Clóvis, outra pessoa em situação de rua entrevistada. Diferentemente de José Luiz, Clóvis não possui o mesmo tipo de interação socioespacial com a organização-cidade, tampouco com seus agentes controladores.

Com isso, evidenciamos as diferenças entre relações e coalizações. Enquanto as relações implicam se conectar a algo ou alguém, as coalizações se estabelecem quando essas conexões possuem um caráter estratégico ou tático (Certeau, 1998). Ou seja, as coalizações são efeitos das práticas cotidianas (Certeau, 1998) e possibilitam constituir lugares ou dinamizar espaços nas cidades. Em relação à população em situação de rua, é importante destacar que essas coalizações, que são decorrentes dos modos de territorializar as cidades, podem tanto reforçar os mecanismos de controle quanto combatê-las. Isso depende dos recursos que estão em disputa no cotidiano, os saberes mobilizados para essa dinâmica e, enfaticamente, quem está nesse jogo.

Clóvis nos relatou estar em situação de rua há aproximadamente dois anos. Nosso encontro com ele ocorreu em uma renomada e central avenida da cidade. Ele estava vendendo aromatizadores para carros. Estava longe do antigo espaço que costumava ocupar, devido a um ato de grande violência que sofrera anteriormente, não por seus pares. Isso ocorreu por parte daqueles considerados inclusos no conceito de sociedade, os não marginalizados.

Durante nossa conversa, ele disse que estava quase conseguindo “sair” das ruas, o que nos remete ao conceito de prisão apresentada por Raffestin

(1993), pois isso não ocorre de forma pacífica, já que o espaço possui agentes políticos que buscam manter a ordem e a organização proposta.

No caso de Clóvis, assim como numa prisão, seu território é invadido por guardas e policiais, obrigando-o a realizar constantes desterritorializações e reterritorializações. É o movimento de ir e voltar entre novos e antigos territórios com a incerteza de quanto tempo conseguirá permanecer neles.

Ele foi obrigado a recriar seu cotidiano, principalmente suas práticas de caminhar pelo espaço organizacional da cidade devido um ato de violência que sofreu. Quando perguntamos por onde ele costumava ficar e dormir, ele contou:

Hoje eu não durmo mais, eu ficava lá pelo Estádio, era tranquilo e vazio [...] Uma noite tentaram colocar fogo em mim enquanto eu dormia, eu saí correndo e nunca mais voltei para lá [...] Foi 'filhinho de papai' que fez isso comigo, não adianta denunciar, ninguém se importa [...] Hoje fico por aqui até amanhecer, e só depois que o sol está alto que vou próximo ao banco para dormir. (Clóvis, Diário de Campo, janeiro de 2019).

Seu percurso urbano é ditado pela conveniência das mais primordiais, a de sobrevivência. Conforme nos relatou, ele passa as noites andando próximo à grande e conhecida Catedral da cidade, “talvez enxergando naquele espaço como um refúgio de proteção físico, e não religioso” (Diário de Campo, janeiro de 2019). Neste contexto, podemos inferir que os territórios possuem diferentes significados para seus habitantes, sendo (re)construídos constantemente (Raffestin, 1993).

Se José Luiz pratica a cidade territorializando a partir das políticas de coalização que estabelece com agentes públicos, Clóvis efetiva essa dinâmica a partir de outra forma de “jogar” com esse cotidiano, resistindo às coalizações estabelecidas por José Luiz. Portanto, apresentamos a segunda reflexão teórica que esse trabalho destaca, que é no processo de territorialização. As práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional constituem as formas de coalização entre os sujeitos sociais nas cidades.

Essas coalizações têm como efeito a produção de diferentes territórios, visto a amplitude de sujeitos e de recursos que estão em disputa na constituição do cotidiano nas cidades. Esse processo é dinâmico e será foco de debate na próxima seção deste artigo.

## As territorialidades a partir das práticas cotidianas

Os relatos aqui apresentados demonstram o conceito de multiterritorialidade apresentado por Raffestin (1993). Neste caso, seu próprio território entra em conflito com os territórios alheios causando consequências em sua vivência e permanência em seu próprio espaço. As barreiras políticas enfrentadas pelos sujeitos em situação de rua não estão presentes “apenas” no processo de transformação do espaço, senão na vivência e permanência nos territórios. Para Raffestin (1993), a territorialidade é o conjunto de relações que se originam na tríplice sociedade-espaço-tempo. Em outros termos, o referido autor destaca três dimensões: a política, econômica e cultural. A relação econômica podemos observar nos modos de trabalho e organização dos sujeitos em situação de rua, a qual é diretamente ligada a uma relação social.

É a partir de diferentes práticas, ou até mesmo “artes” nas palavras de Certeau (1998), que esses sujeitos se apropriam do espaço da cidade de maneiras físicas e simbólicas. Podemos compreender que a presença dessas pessoas já é um tipo de apropriação física, bem como fazer das ruas suas moradias. No entanto, há também um ato social e político em morar nas ruas, tanto por desafiar as normas da sociedade, quanto por travar embates político com os agentes de poder. Isso está presente não apenas no movimento de andar pela cidade desses sujeitos, mas também em seus relatos.

Conforme Certeau (1998) aponta, as artes de dizer, as falas e os relatos não partem de um lugar imóvel, senão da vivência, dos sentidos e da experiência. Assim, a partir disso e de nossas observações em campo, podemos compreender a multidimensionalidade do território que Raffestin (1993) nos chama à atenção. Os territórios, assim como o espaço certeuniano, não é imóvel. Ele é, assim como o seu habitante, transitório. O território de hoje pode não ser o de amanhã, e o de amanhã volta a ser o de hoje. Em outras palavras, a territorialidade é formada por diferentes práticas, muito além do andar, que (re)significam o território constantemente. Se para Certeau (1998) as práticas são artes de fazer, compreendemos que a territorialidade são artes da conveniência do viver.

Voltemos ao relato de José Luiz; o fato de ele ter que abandonar seu lar na época de Natal se configura num processo de desterritorialização. Mesmo que temporariamente, seu território é tomado, e ele se vê forçado a (re)territorializar outro. A territorialização ocorre quando ele é obrigado a tomar parte do espaço organizacional da cidade de Maringá para si, enquanto a reterritorialização acontece na resignificação de algum outro território dele, como usar uma das ruas que trabalhava como flanelinha como local de moradia, por exemplo. Neste processo territorial, podemos destacar mais duas dimensões, conforme proposto por Raffestin (1993).

Compreendemos que a vivência do território vai além da moradia, uma vez que são diversos os tipos de práticas que constituem a territorialidade. Podemos citar a prática da alimentação como uma das artes de se morar na rua. Notamos que diversas pessoas territorializam os espaços centrais da cidade, os quais estão mais próximos de bares, restaurantes e padarias. Essa proximidade ajuda-lhes a criar estratégias para se alimentarem.

Observamos que na hora do almoço eles ficam próximos dos restaurantes, José Luiz já havia me contado sobre isso. Alguns apenas ficam do lado de fora, outros ficam lá e pedem uma marmitta para quem entra e sai. Não vi nenhuma pessoa em situação de rua entrar diretamente no restaurante, ao contrário do que José Luiz contou que ele “pega e entra” de forma pensada a fim de ganhar um prato de comida. (Diário de Campo, outubro de 2018).

Além disso, a dimensão política está presente na força dos agentes organizadores do espaço, daqueles que forçam o sujeito a se mudar temporariamente. Notamos uma não aceitação por parte de José Luiz: “o Natal não é para mim, é para vocês [que não moram na rua]. Mas, eu não sou gente?” (Diário de Campo, setembro de 2018). Embora ele se mude temporariamente, mesmo contra sua vontade, ele faz isso de maneira tática, encontrando meios de subverter a lógica opressora: “eu vou, mas não vou longe” (José Luiz, diário de Campo, setembro de 2018).

O não ir longe, neste caso, não é apenas um ato de desafio às autoridades, é uma estratégia econômica. Conforme observamos, há uma grande movimentação de pessoas nesse espaço nessa época do ano, fazendo com que José Luiz tenha mais carros para fazer o trabalho de flanelinha. O mesmo pode ser compreendido no relato de Clóvis, pois quando conversamos, ele estava vendendo aromatizadores para carros para conseguir dinheiro suficiente e poder alugar um local para viver. Além disso, seu relato de violência demonstra o embate de territórios distintos.

Desta forma, no processo de territorialização, as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional evidenciam as múltiplas territorialidades dos sujeitos sociais como as artes da conveniência do viver. Compreendemos que a vivência do território vai além da moradia, uma vez que são diversos tipos de práticas que constituem a territorialidade. Além disso, tais práticas constituem uma cultura própria dos sujeitos em situação de rua. Apesar de cada um possuir histórias e origens diferentes, percebemos que eles empregam artes de fazer e de dizer recorrentes em seus cotidianos, criando uma arte de viver própria. Ao considerarmos que os territórios se entrelaçam e que também são estruturas sociais, é a partir da (con)vivência que estes sujeitos aprendem as regras do jogo. Regras estas que estão nas entrelinhas da organização da cidade, principalmente naquelas planejadas, como Maringá.

## Considerações finais

Nesse artigo, procurou-se compreender como o espaço da cidade é territorializado a partir das práticas cotidianas dos sujeitos em situação de rua em Maringá, Paraná. Para tanto, foi realizada uma etnografia por um dos pesquisadores deste trabalho num período de pouco mais de um ano, de abril de 2018 a maio de 2019, em que foram registrados diários de campo e realizadas entrevistas semiestruturadas e informais com esses sujeitos.

Assim sendo, as categorias de análises produzidas por meio das discussões realizadas nesse artigo evidenciam os processos de territorializações das pessoas em situação de rua na cidade de Maringá, assim como destacam como essa dinâmica empírica possibilita o refinamento de conceitos teóricos para as análises organizacionais. Nesse contexto, apresentamos três contribuições teóricas para os Estudos Organizacionais. Com relação à constituição do espaço organizacional da cidade, sobretudo das áreas centrais, foi possível observar um controle do que é permitido ou não e do que passa a ser tolerado. Assim, esses moradores constantemente se libertam da prisão que lhes é imposta pelo espaço, seja pelos locais que usam como moradia, as formas que socializam, pelo uso de drogas ou até mesmo por sua existência. O espaço organizacional é mais do que apenas a “prisão original” é uma prisão controlada sob constante vigilância daqueles que controlam tal organização (Raffestin, 1993).

Portanto, no processo de territorialização, as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional evidenciam como os sujeitos sociais resistem estrategicamente por meio do controle do tempo para garantir seus modos de (re)existência nas cidades. Na relação entre população em situação

de rua e cidades, o tempo foi evidenciado como categoria teórica e empírica de mediação nessa relação. Apesar de a cidade não permitir a ocupação e apropriação de determinados espaços pelas pessoas em situação de rua, estas ao compreenderem a lógica em jogo no cotidiano capitalizam o tempo nos campos de possibilidades em que podem atuar. Essa prática cotidiana possibilita territorializar os espaços sociais a partir da presença dos corpos destes sujeitos sociais.

Com relação à territorialização do espaço por esses sujeitos, foi possível aprender que a apropriação do espaço anterior ocorre a partir de relações de poder e sociais e, sendo assim, a territorialização é tanto imposta quanto conquistada. Neste sentido, a imposição do território é dada pelo próprio espaço organizacional da cidade; contudo, a partir de suas artes de trabalhar os sujeitos territorializam, ou seja, personalizam tal espaço. A partir de diferentes estratégias os sujeitos em situação de rua passam a ser (re)conhecidos na cidade. Este (re)conhecimento imprime uma marca no espaço, a qual denominamos de territorialização.

Isso se torna possível, pois, a territorialização também implica que as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional constituem as formas de coalização entre os sujeitos sociais nas cidades. Essas coalizações podem ser estratégicas no sentido de garantir proteção de agentes públicos, assim como de silenciar essas existências.

Por fim, nossa terceira contribuição teórica se refere às diferentes territorialidades nos espaços das cidades. As práticas de coalização entre as pessoas em situação de rua e agentes públicos e privados garantem a reprodução da lógica das relações de poder que constituem os espaços sociais, assim como as artes da conveniência do viver nessas localidades. Além do mais, a partir de nossas observações, notou-se uma constante tentativa destes sujeitos em subverter o Poder a partir de táticas e estratégias, seja permanecendo em lugares “não permitidos”, realizando atividades não legalizadas e/ou informais (ao trabalharem como “flanelinhas” ou vendendo mercadorias em semáforos) ou pernoitando em locais públicos de grande circulação de pessoas. Assim, esses moradores empregam artes de fazer e de dizer recorrentes em seus cotidianos, criando uma arte de viver própria.

Sendo assim, consideramos que as três contribuições teóricas que apresentamos com esse estudo podem ser base para se compreender como outros sujeitos e instituições se relacionam com as pessoas em situação de rua. Por exemplo, como os mesmos agentes públicos que fazem coalização com estes sujeitos sociais territorializam seus espaços a partir destas conexões estratégicas e táticas? Como questões de gênero influenciam essas dinâmicas, considerando que, nesse estudo, predominantemente discutimos a partir dos homens? Essas são questões que podem nortear futuros estudos e complementar os debates que apresentamos nesse artigo para se (re)pensar políticas de ocupação da cidade a partir dos próprios sujeitos em situação de rua.

## Agradecimentos

Agradecemos às avaliadoras, avaliadores e à equipe editorial que contribuíram com o aprimoramento da escrita desse artigo, assim como a CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização dessa pesquisa.

## Referências

- Abal, Y., & Gugelmin, S. (2019). Aproximações etnográficas em territórios marginais: as cenas abertas de uso do crack em Cuiabá. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 178-194.
- Aguiar, A. R. C., Carrieri, A. P., & Souza, E. M. (2016). The wonderful, magnanimous, spectacular and possible world of traveling circuses in Brazil. *Brazilian Administration Review*, 13(3), e160014.
- Atlas De Desenvolvimento Humano. *Perfil* – Maringá, PR. Recuperado em 10 novembro, 2019, de [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/4313#habitacao](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4313#habitacao)
- Biscotto, P., Jesus, M., Silva, M., Oliveira, D., & Merighi, M. (2016). Understanding of the life experience of homeless women. *Revista Da Escola De Enfermagem da USP*, 50(5), 749-755.
- Bretas, P. F. F., & Saraiva, L. A. S. (2013). Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 11(2), 247-270.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Certeau, M., Giard, L., & Mayol, P. (2002). *A invenção do cotidiano, 2. Morar, cozinhar*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Clifford, J. (2008). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Clifford, J. (2011). *A experiência etnográfica. A antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Coimbra, K. E. R., & Saraiva, L. A. S. (2013). Territorialidade em uma organização-cidade: o Movimento Quarteirão do Soul. *Gestão & Regionalidade*, 29(86), 34-46.
- Costa, V. J., & Oliveira, J. S. (2019, outubro). As emoções nas práticas de organização das cidades: etnografia com a população em situação de rua na cidade de Maringá, Paraná. *XLIII Encontro da ANPAD*, São Paulo, SP, Brasil, 43.
- Costa, D. L. R. (2007). *A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Decreto n. 7053 de 23 de dezembro de 2009. (2009). *Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Dewalt, K. M., & Dewalt, B. R. (2011). *Participant observation: a guide for fieldworkers*. Toronto: Altamira Press.
- Durham, E. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In R. Cardoso (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* (pp.17-37). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Ferreira, F. P. M. (2006). População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 12.
- Figueiredo, M. D., & Cavedon, N. R. (2012). O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. *Gestão E Sociedade*, 6(15), 227-253.
- Fischer, T. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. *Revista de Administração Pública*, 31(3), 74-88.
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Franco, B. L., & Oliveira, J. S. (2016, outubro). As práticas de constituição dos espaços organizacionais e dos espaços das cidades: contribuições de Michel de Certeau aos estudos organizacionais. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, RS, Brasil, 4.
- Geraes Duran, M. (2007). Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. *Revista Diálogo Educacional*, 7(22), 115-128.
- Guarnieri, F., Chagas, P. B., & Vieira, F. G. (2018). Territorialização do cotidiano a partir de intervenções governamentais: O caso das academias da terceira idade (ATIS). *Revista Alcance*, 15(1), 61-78.
- Gouvêa, J. B., & Ichikawa, E. Y. (2014). Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. *Revista Gestão & Conexões*, 4(1), 68-90.
- Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, IX(17), 19-46.
- Hall, P. (2007). *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Hoffman, L.M., & Coffey, B.K. (2008). Dignity and indignation: how people experiencing homelessness view services and providers. *The Social Science Journal*, 45(2), 207-222.
- Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.
- Honorato, B. E. F., Saraiva, L. A. S., & Silva, E. R. (2017). A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. *Revista Organizações em Contexto*, 13(26), 339-383.
- Honorato, B. E. F. (2014). *Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *TD 2246 – Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. 2016.
- Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.
- Knox, H. 2010. Cities and organisation: the information city and urban form. *Culture and Organization*, 16(3), 185-195.

- Kunz, G. S. (2012). *Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Lacerda, T. F. (2012). *Bioética e diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Leite, R. P. (2010). A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados*, 53(3), 737-756.
- Mac-allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(esp), 171-181.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156.
- Mattos, R. M., & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58.
- Melo, A. S. D. (2015). Belo Horizonte e os moradores de rua: reinserção ou limpeza?. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 2(3), 327-349.
- Mendes, M. V. B. (2007). *Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Neves, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica*, n. 29, p. 99- 130, 2010.
- Observatório Das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá. (2018). *Pesquisa pessoas em situação de rua em Maringá-PR: desconstruindo a invisibilidade*. Recuperado em 08 janeiro, 2020, de: <https://drive.google.com/drive/folders/1Bh30a9glcPSGzW4ZfqFI01uO26OILLRJ>
- Observatório Das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá. (2019). *Pesquisa pessoas em situação de rua em Maringá-PR: desconstruindo a invisibilidade – Relatório comparativo 2015, 2016, 2017, 2018, 2019*. Recuperado em 10 janeiro, 2020, de: [https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio-2015\\_a\\_2019.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio-2015_a_2019.pdf)
- Oliveira, J. S., Mendes, E., & Lopes, B. F. (2019). Práticas de organização na (re) organização da cidade: etnografando a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás. *Pensamento & Realidade*, 34(1), 45-67.
- Palombini, L. (2013). Os moradores de rua e sua relação com o espaço urbano. *Para Onde!?*, 7(2), 47-56.
- Prefeitura de Maringá. (2018). *Histórico do município*. Recuperado em 20 junho, 2020, de: <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/2>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Raffestin, C. (2012). Space, Territory, and Territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, 30(1), 121-141.

- Ribeiro, R., Ipiranga, A., Oliveira, F., & Dias, A. (2019). Uma “estética de lances” de uma “heroína ordinária”: o reorganizar de práticas de resistências de uma artesã. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 590-606
- Rodrigues, A. L., & Souza, P. R. (2018). Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In L. C. Q. Ribeiro, & M. G. Ribeiro. (Orgs.). *Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010* (pp. 269-293, 1a Ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora.
- Rodrigues, F. S., & Ichikawa, E. Y. (2015). O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 97-112.
- Rogers, L. E. (2017). “Helping the helpless help themselves”: how volunteers and employees create a moral identity while sustaining symbolic boundaries within a homeless shelter. *Journal of Contemporary Ethnography*, 46(2), 230–260.
- Santos, L. T. D., & Soares, F. M. A. (2017). Práticas de controle físico e simbólico no centro de Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1578-1626.
- Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In M. A. Saquet, & E. S Sposito (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 73-94). São Paulo: Expressão Popular.
- Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.
- Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.
- Schatzki, T. R. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863-1873.
- Silva, T. L. (2010). A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. *Antropolítica*, 29, 131-149.